

Painel 6 - Cooperação Internacional contra o Crime Organizado e Fluxos Ilícitos

Moderador - Frederico Bredan – Presidente da Comissão de Direitos Minerários, OAB

Estou muito feliz com o conhecimento, com os resultados que nós estamos alcançando e dizer que essa conjunção de esforços não somente no âmbito nacional, onde se uniu a Casa da Moeda, o Coaf, a PF, a ANM, o MMA e tantos outros. Mas gostaria também de ressaltar o papel dos organismos interacionais, como o próprio Conselho Mundial do Ouro, o IGF e as Nações Unidas. Só essa colisão já mostra que de fato nós estamos discutindo desafios transnacionais, quer seja questão do próprio caminho do Lula, quer seja a questão de crimes ambientais e aí reforça o tipo desse painel que é em falar nesses crimes internacionais e toda a questão do meio ambiente se coloca nesse sentido.

Queria agradecer de forma singular a participação da Polícia Federal nesse painel, o Humberto tem sido extremamente relevante, a parceria dos órgãos e dizer que no momento em que a Casa da Moeda e a ANM reafirma um ACT (*Acordo de Cooperação Técnica*) como esse, eu acho que a Polícia Federal se coloca junto a esses órgãos nesse esforço, até mesmo porque todo o trabalho que vem sendo feito no Ouro Alvo. E na medida em que vai ser feito uma espécie de um piloto, um experimento, porque não agregar também o XRF nesse piloto.

Eu gostaria de começar com o representante do Conselho Mundial do Ouro. Falando aqui para a gente qual a visão do Conselho em relação a esses cunhos internacionais e o que falta para essa coalizão internacional das diversas entidades em torno do sonhado processo de rastreabilidade global.

Edward Bickham – Conselho Mundial do Ouro

Falamos bastante sobre o '*upstream*' (*águas acima*), os riscos e desafios associados à mineração ilegal e à mineração informal que adota padrões talvez menos robustos do que gostaríamos. Mas este painel é importante porque trata da cooperação internacional e da aplicação da lei. E o que quero fazer para começar é apenas destilar e nos lembrar das vulnerabilidades únicas do ouro. E há alguns pontos em particular que realmente apresentam um desafio para a aplicação da lei.

Como ouvimos, a mineração informal e a ASGM que representa 20% da produção, cresceu significativamente. Se você olhar o número de 20 anos atrás, era 5%. Mas na mineração com o aumento dos preços, isso tornou os recursos e reservas mais economicamente viáveis, não apenas para as grandes mineradoras, mas também para os pequenos mineradores. Isso é um desafio enorme.

Mas o ouro também é fungível, pode ser derretido e, ao derretê-lo, você apaga seu histórico de procedência, seu histórico de negociação, ele assume uma nova identidade, por assim dizer. É altamente valioso, como dissemos, o que o torna atraente como reserva de valor, e esse é o papel principal do ouro. 60% da demanda por ouro é investimento, seja investimento comercial, que é cerca de 40%, ou 20%, que é o uso do ouro pelo banco central como um ativo de reserva. Por ser um ativo valioso, é uma proteção contra a inflação, é um mitigador contra o risco, pode proteger contra a volatilidade cambial e todos os tipos de outras razões financeiras que são perfeitamente legítimas, mas infelizmente isso também significa que é atraente para o ilícito.

Uma barra de ouro do tamanho de um iPhone custa, aos preços atuais, \$120.000. Você poderia colocar pelo menos sete dessas em uma mala, colocando-a na prateleira superior de um avião. Isso é muito dinheiro que você pode transportar em um compartimento muito pequeno. É uma moeda universal, é vendido, tem preço em dólares americanos internacionalmente e é facilmente vendido. Você pode vendê-lo baseados em Dubai, no Oriente Médio, na Chinatown da Tailândia e nos mercados de ouro ao redor do mundo. É uma moeda universalmente aceita, frequentemente precificada e frequentemente vendida em dólares americanos.

E agravando esse risco está o fato de ser um mercado muito intensivo em dinheiro vivo e há razões perfeitamente legítimas para o uso de dinheiro vivo. O ouro é uma ferramenta de inclusão financeira para muitos que não têm acesso ao sistema bancário formal. O varejo, que responde por um terço da demanda de ouro, também é muito intensivo em dinheiro vivo porque as margens são incrivelmente baixas. Muitas vezes, taxas de cartão de crédito e encargos bancários apagam completamente essas margens. Portanto, há razões legítimas para o uso de dinheiro vivo, mas isso apresenta outro desafio.

Mas as duas razões que eu queria destacar que representam o maior desafio, ou a maior parte do desafio, para a aplicação da lei internacional é a fungibilidade do ouro. Isso apresenta um desafio técnico para todas as coisas que temos falado sobre rastreabilidade, sobre verificação de origem. A menos que você tenha, porque a cadeia de suprimentos do ouro é internacional, a menos que você tenha consistência internacional no que diz respeito aos requisitos documentais para o ouro, interoperabilidade dos mecanismos de rastreabilidade, interoperabilidade dos sistemas de autenticação de ouro, o tipo de recursos de segurança que são aplicados pelas refinarias, a menos que isso seja internacionalmente consistente e interoperável. Quando o ouro é transformado e derretido, essa cadeia de transparência é quebrada, e isso apresenta uma necessidade real de cooperação internacional e sua portabilidade. Se você pode facilmente transportar o ouro na mão, você pode facilmente contrabandeá-lo infelizmente, tornar todos os documentos e requisitos documentais sobre os quais estamos falando um pouco obsoletos.

Um dos riscos que estamos discutindo, temos nos concentrado muito no *up-stream* (águas acima). Minha perspectiva é mais do *down-stream* (águas abaixo). Isso talvez seja um reflexo de onde estou baseado. EUA, que é um grande importador de ouro. Eu estava olhando as estatísticas e os EUA, creio eu, são o quinto maior importador de ouro brasileiro, de acordo com estatísticas oficiais. Muito do ouro que entra nesse mercado

é informado de todo o mundo. Portanto, é justo dizer que provavelmente o número é muito maior e muito disso, infelizmente, será informal e de origens duvidosas.

Mas o *up-stream* e o *down-stream* são abordados por diferentes estruturas legislativas, às vezes diferentes elementos da aplicação da lei. Essas questões e tipologias do *up-stream* são frequentemente tratadas por meio de padrões de produção responsável, códigos de mineração, da convenção NMARC e outras estruturas. Mas o *downstream*, e as regras de fornecimento responsável, mas o *downstream* é governado por uma lente diferente, principalmente através de uma lente do Combate à Lavagem de Dinheiro (AML). Assim, o setor DPMS (*Distribuidores de Pedras e Metais Preciosos*), os revendedores de metais e pedras preciosas, que são refinarias, que são joalheiros, que são *traders* de ouro, que são varejistas de ouro, eles são frequentemente, na maioria dos mercados, governados apenas por uma perspectiva anti-lavagem de dinheiro.

Se você olhar para as regras de fornecimento responsável, elas se aplicam às refinarias. Elas são frequentemente, em muitos mercados, voluntárias e aplicáveis apenas a refinarias credenciadas. Você tem um mercado paralelo que nem sempre precisa aderir a essas regras. E em alguns mercados, algumas das diretrizes de *due diligence* da OCDE são os três primeiros passos, que são sobre um sistema robusto de gestão da empresa, um sistema de mitigação de risco e um sistema de identificação de risco. Esses três primeiros passos da orientação de *due diligence* da OCDE, que sustentam as regras de fornecimento responsável globalmente, e Edward mencionou algumas iniciativas diferentes do setor que visam operacionalizar isso, elas frequentemente não se aplicam antes aos *traders* e certamente não a outros participantes do *downstream*.

Mas os riscos no *up-stream* e *down-stream* são muito diferentes.

- O *up-stream*, de uma perspectiva criminal, trata-se de empresas criminosas que tomam interesse comercial na produção para lavar o produto de atividades ilegais ou outras ilícitas. Trata-se de grupos criminosos que tomam interesse comercial na produção para financiar operações, ou em alguns países em todo o mundo, particularmente na África, para financiar a aquisição de armas, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação.
- O *downstream*, no entanto, é um pouco diferente. Você tem questões em torno de contrabando, sobre o uso de ouro para ocultar riqueza da aplicação da lei. Você tem questões em torno do ouro sendo usado para fins de lavagem de dinheiro, o ativo em si sendo usado para fins de lavagem de dinheiro. E você tem todos os tipos de iterações dessa lavagem de dinheiro baseada no comércio, onde você tenta transferir valor entre contrapartes ilícitas através de superfaturamento ou subfaturamento e pode explorar a opacidade do mercado de ouro, mas também do ouro. É muito difícil para a fiscalização verificar rapidamente não apenas a proveniência ou origem do ouro ou o histórico australiano, mas também coisas como sua pureza. Isso torna muito fácil superfaturar ou subfaturar o valor de transferência entre contrapartes ilícitas usando ouro e isso não é orque o setor DPMS, o mercado de ouro *downstream* é primariamente governado por uma perspectiva AML, isso leva a uma limitação, porque o AML é frequentemente sobre *due diligence* não em quem negociou ou

quem produziu a classe de ativos, neste caso, o ouro, mas *due diligence* em quem está vendendo o ouro para você ou quem está comprando o ouro de você ou como a camada de dinheiro vivo da transação está estruturada.

E essa é uma lacuna, e é uma lacuna e isso não é específico do Brasil, é global, este é apenas o regime AML global. Isso pode ser abordado através de atualizações e adicionando aos indicadores de alerta que são aplicados ao setor DPMS, que atualmente apenas lidam com *due diligence* sobre essa parte dos fundos e sobre a taxa de dinheiro vivo, mas não histórico de negociação ou o histórico de produção ou o histórico de processamento do próprio ouro. E reitero, não é o ouro que é o místico, são as contrapartes ou entidades ou indivíduos, às vezes, que se envolvem em sua produção, seu processamento e sua negociação.

Por isso, desenvolvemos um conjunto extra de *red flags* que estamos defendendo que as autoridades nacionais de AML e potencialmente organizações internacionais como a Força-Tarefa de Ação Financeira (GAFI) incluam em seus avisos, porque isso informará os supervisores globalmente sobre alguns desses outros *red flags* que são específicos do ouro e podem, talvez, identificar ou ajudar a identificar quando o ouro foi produzido de forma ilegítima ou ilícita.

Não vou ler todos estes, estes *slides* serão compartilhados após o *workshop*, alguns que eu destacaria, particularmente de uma perspectiva de operação internacional, que é sobre o que é este painel.

- Alfândega, tratamento alfandegário do ouro: Os documentos que são exigidos, coisas como certificados de origem, variam muito entre os países? Em alguns países, nenhum documento é exigido. Assim, pode-se importar ouro, não há prova de origem. Alguns mercados exigem um certificado de origem, mas esse certificado de origem pode ser apenas uma pró-forma ou uma fatura fiscal com a origem escrita nela. Pode ser facilmente manipulado. Outros exigem um certificado de origem certificado ou testado. Portanto, não há consistência em termos de exigência e não há consistência em termos de poder verificar o documento que acompanha a remessa. E isso foi aludido em um dos painéis de ontem, quando estávamos falando sobre algumas das medidas que poderiam fortalecer o documento. Então, essa é uma área que eu analisaria, e o alerta seria se você está no setor DPMS, se você é um *trader* de ouro, está comprando ouro, e ele não tem um certificado de origem, isso deve ser um *red flag*. Esse *red flag* não significa que você não deve comprá-lo. Significa que você deve aplicar sua *due diligence* e potencialmente relatá-lo como uma transação suspeita à aplicação da lei.
- Lacunas no Fornecimento Responsável: Não é obrigatório na maioria dos países. Eles não estão, como eu disse, integrados nas estruturas AML. Eles não se aplicam à ampla gama de participantes da cadeia de suprimentos. Eles frequentemente apenas às refinarias credenciadas e, como mencionei, os *traders*, por exemplo, em alguns mercados, têm que cumprir integralmente a *due diligence* da OCDE.

Uma seria que o mercado *downstream* é frequentemente integrado às unidades de inteligência financeira através da instituição que investiga uma transação suspeita. O setor DPMS deveria ser integrado a isso. E essas transações suspeitas não deveriam ser apenas sobre como o nível de dinheiro vivo da transação que está estruturado, mas também sobre como a perna de ouro de uma transação está estruturada também.

Pegando tudo isso, e por que isso importa? O mercado de ouro é incrivelmente complexo. Não é uma estrutura linear. É uma estrutura circular. É uma cadeia de suprimentos onde o ouro nunca é totalmente consumido. É um ativo altamente valioso. Estimamos que todo o *stock* acima do solo, seja cerca de 220.000 toneladas de ouro. Elas estão em algum lugar, algumas das quais são '*grandfathered*'. Mas não é totalmente consumido. É o ativo reciclável máximo por causa de sua vulnerabilidade, mas isso apresenta um desafio regulatório.

A cadeia de suprimentos também é altamente internacional. Não podemos apenas olhar para isso a partir de uma perspectiva de um regime regulatório nacional ou apenas de uma perspectiva de produção. Se você tem uma mina legal, você também tem uma mina ilegal. E isso é frequentemente governado e supervisionado por legislação diferente, padrões diferentes, instituições de aplicação da lei diferentes. Mas essa complexidade da cadeia de suprimentos e sua natureza internacional tornam uma análise de *due diligence* em toda a cadeia de suprimentos incrivelmente desafiadora tecnicamente. Não é impossível, mas você tem que realizar muito mais trabalho. Não é aceitável realmente apenas fazer *due diligence* na primeira perna de uma transação. Você tem que olhar além disso.

Essa é a questão particular no lado da reciclagem da cadeia de suprimentos de ouro, onde os padrões e requisitos da G.G.G. são diferentes. E a reciclagem é frequentemente como o ouro ASGM ilícito entra na cadeia de suprimentos. Há casos de joias rudimentares sendo fabricadas a partir de ASGM para mascarar suas origens e remover vestígios de mercúrio, onde o mercúrio está sendo o uso na produção e isso é facilitado por diferenças nos requisitos de *due diligence* para reciclar ouro, em vez de suprimentos primários.

Finalmente, também desenvolvemos um conjunto de recomendações para melhorar a integridade do ouro global. Eu selecionei as recomendações que considero mais relevantes para este painel sobre cooperação internacional na aplicação da lei. Eu sei que apertei o cronômetro, então vou apenas destacar três em vez de passar por todas elas. Vou passar por estas três recomendações.

1. Licenciamento dos conjuntos DPMS: Implementar um regime de licenciamento para compradores de ouro, compradores comerciais (o joalheiro, os atacadistas de joias, os *bullion dealers*). Em muitos mercados, eles não são licenciados. Implementar um regime de licenciamento dá mais ferramentas aos reguladores e à aplicação da lei. Vou dar um exemplo. Na [localidade], havia um *trader* de ouro que foi sancionado pelo Tesouro do Reino Unido, pelos EUA. Tudo o que aconteceu com aquele *trader* de ouro foi que ele montou uma nova entidade legal e transferiu a propriedade e o controle para um membro da família. Como eles

queriam um regime de licenciamento e aquele membro da família não tinha feito nada de errado legalmente, eles têm um histórico limpo, essa operação foi essencialmente autorizada a continuar, apesar de ser realmente uma extensão de uma entidade sancionada. Se você tem um regime de licenciamento, isso lhe dá muita flexibilidade, porque você pode aplicar uma abordagem baseada em risco. Assim, os reguladores poderiam dizer, bem, esta entidade não tem histórico de negociação. Há ligações com grupos criminosos. Então, isso permite que você aplique uma abordagem mais flexível e baseada em risco, o que poderia ter potencialmente impedido que essa entidade ressurgisse. No Conselho Mundial do Ouro, queremos promover o mercado de ouro, o mercado de ouro responsável. Então, precisamos encontrar o equilíbrio certo entre regulamentação e facilitação de negócios. Vou dar um exemplo de onde o licenciamento funciona em grande medida, em Singapura. Tem uma indústria de lingotes próspera. Há muitos *bullion dealers*. Suas exportações de ouro, apesar de não ser um produtor, são cerca de três vezes por ano. Então, tem uma indústria de lingotes próspera. Mas todos os importadores de ouro, todos os *dealers* de ouro, todos os varejistas de ouro têm que ser registrados e licenciados pelo Ministério da Lei. E isso lhes dá um maior grau de flexibilidade para realizar *due diligence* nas entidades e se afastar de uma aplicação muito estrita, regra de lei, que às vezes pode facilitar o uso do mercado de ouro.

2. Ouro Atestado (*Attested Gold*): Mencionei a necessidade de um certificado de origem testado. Isso já funciona. Brasil e EUA têm um forte relacionamento comercial e se você quiser importar um bem ou uma *commodity* sob uma tarifa preferencial do Brasil para os EUA, você deve ter um certificado de origem. Esse certificado de origem tem que ser atestado pela Câmara de Comércio Brasil-Árabe. Então, o sistema já existe, mas não é aplicado ao ouro. Então, deveria haver um sistema pelo qual, se você está importando drogas e é ilegítimo, isso deve ser facilitado, mas para distinguir e discriminar entre os certificados de origem legítimos e os ilegítimos. E eles não são a panaceia que vai resolver tudo, mas eles vão ajudar. E como eu digo, isso já existe para outras *commodities*, outros bens, quando você quer se beneficiar de uma tarifa preferencial em um acordo de livre comércio. Não há razão operacionalmente pela qual não poderia se aplicar ao ouro também.
3. Transporte Manual: O transporte manual é uma parte importante do mercado de ouro. Mas deveríamos estar fazendo perguntas sobre o transporte manual. É legítimo para transporte manual, produção primária, tudo muito importante? Ou ouro sucata, talvez não. Talvez devesse haver limites pessoais dependendo da forma do ouro, joias, ou barras e moedas. Mas precisa haver consistência internacional. Existem muitos centros de negociação de lingotes por aí. Se eles não trabalharem em conjunto e em harmonia, o ouro, por causa de sua vulnerabilidade, simplesmente se moverá para outro lugar com regimes regulatórios menos robustos. Então, estamos apenas empurrando o problema para outro lugar. Isso torna realmente muito importante que os centros internacionais de negociação de lingotes e as agências internacionais de aplicação da lei não apenas cooperem, mas também encontrem harmonias e padronizem procedimentos.

Pela OSA (*Organização dos Estados Americanos*), eu destacaria o compartilhamento de informações. Muitas vezes é difícil da perspectiva da indústria realizar *due diligence*. Você pode verificar listas de sanções publicadas pelo governo nacional ou pela lista dos EUA ou pela lista da ONU ou outras listas. Você pode verificar bancos de dados de registros criminais. Você pode exigir prova de endereço e prova de identidade. Mas é muito difícil, além disso, realmente identificar quem são os associados de grupos criminosos. Mas a aplicação da lei frequentemente sabe. Portanto, precisa haver um mecanismo maior para o compartilhamento de informações entre as agências de aplicação da lei internacionalmente, e também entre a aplicação da lei e a própria indústria, porque uma grande parte do mercado de ouro é apenas informal. Nos EUA, há alguns agentes ruins por lá, mas há um grande componente que é apenas informal. Pequenos negócios, de gestão familiar, nunca tiveram que preparar contas porque há imposto corporativo, ou não havia até este ano. E então há uma necessidade real de educar e impulsionar padrões.

E sobre o compartilhamento de informações, apenas encontrando, outra recomendação prática volta para aqueles *red flags* e integrando tudo isso nas estruturas AML. Mas as unidades de inteligência financeira (UIFs), eu acho que deveriam desempenhar um papel maior na fiscalização das transações e da perna de ouro de uma transação, ajudar a filtrar e identificar alguns desses elementos criminosos ilícitos. Mas elas também podem desempenhar um papel no compartilhamento de informações através das fronteiras. O grupo ECOMO compartilhará informações sobre lavagem de dinheiro e transações suspeitas em dinheiro vivo que poderiam ser aproveitadas. É uma estrutura que já existe, poderia ser desenvolvida.

Nós, no Conselho Mundial do Ouro, estamos desenvolvendo um sistema de integridade de barras de ouro com a LDMA. Não apenas para refinarias LDMA, é para todo ouro produzido de forma responsável. Pode haver uma oportunidade no futuro de integrar isso ao que é chamado de *Edmont website*, que é o mecanismo para as FIUs (Unidades de Inteligência Financeira) compartilharem informações. Portanto, esses mecanismos existem, mas poderiam ser melhores aplicados em seu tempo de desenvolvimento.

E então, muito rapidamente, incluído e reforçado alguns dos trabalhos que estamos fazendo. Você viu, eu acho que eu vi relatórios, eu acho que é uma árvore dourada, encomendada e publicada no ano passado, que é realmente um grande relatório para aumentar a conscientização sobre o desafio e o envolvimento infeliz de agentes ilícitos na cadeia de suprimentos de ouro. Há também um apelo à ação em nível internacional. Estamos construindo sobre esse apelo à ação através de um programa de *advocacy*. Estamos trabalhando em estreita colaboração com parceiros do G7 e do G20 para obter esse apoio de alto nível para a solução que Edward e Trevor apresentaram nas apresentações de hoje, e sim, trata-se de um sistema de verificação de origem, *hubs* de processamento limpo centralizados e compra responsável. Isso é talvez uma simplificação excessiva, mas há muito trabalho que precisa ser feito nisso e sustentá-lo. Mas nós realmente sentimos que este é um mecanismo que pode ser expandido, que pode crescer, e pode realmente ajudar de uma forma prática a impulsionar a formalização.

E então, finalmente, apenas no lado da aplicação da lei, estamos fazendo muito trabalho agora com o setor DPMS em AML-CFT. Estamos trabalhando com o MENA FATTAF no Oriente Médio. Em breve, estaremos trabalhando com o UNODC na criação de diretrizes para os supervisores do setor sobre respostas práticas para abordar esses riscos no setor de ouro. E assim concluo.

Mariana Carrera – Coordenadora do Projeto Aurum, UNODC

Eu não sei o quanto vocês conhecem sobre o mandato do UNODC (*Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime*), mas o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime é uma parte do secretariado das Nações Unidas, que trata especificamente dos temas sobre drogas e crime, como vocês podem imaginar. Mas o nosso grande objetivo, somos guardiães de várias convenções internacionais. O funcionamento das Nações Unidas, assim como os Ministérios, digamos, a gente cada um tem uma grande competência dentro de um sistema integrado dos Estados-membros e a nossa convenção que norteia muito mais o trabalho de escritório é a Convenção UNTOC, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Ainda assim temos outras convenções que recaem sobre o mandato do UNODC, que é a Convenção de Corrupção, todas as regras que tratam do sistema penitenciário e do tratamento mínimo para as pessoas presas, também tem todas as convenções e protocolos vinculados à própria UNTOC, que é o que eu queria trazer um pouco para vocês.

Minimamente para vocês entenderem como é a nossa ação, nós temos sede em Viena, na Áustria e ao mesmo tempo, nós temos todos os escritórios de campo do UNODC pelo mundo e o Brasil é um aqui especificamente com uma atuação voltada para todo esse trabalho que deve ser feito como Estado-membro. Nós somos convidados do Brasil e o UNODC atua desde 1991 aqui no Brasil e hoje a gente conta com três escritórios, um aqui em Brasília, um em Santarém e outro em Manaus.

E como é que a gente trabalha? Dentro desses três grandes pilares que eu coloquei aí para vocês.

1. É o trabalho normativo de ratificação e implementação desses tratados internacionais. O Brasil, por ser um estado membro bastante ativo e que já ratifica por si só essas convenções internacionais, a gente não tem uma atuação tão forte de convencimento do poder público para essa ratificação de tratados.
2. A gente trabalha com pesquisa e análise, então na produção de dados para produção de políticas públicas baseadas em evidência, então aqui, por exemplo, a gente tem um trabalho em parceria com o Ministério da Justiça, com a Senad diretamente, para produção de dados e relatórios sobre drogas aqui no Brasil.
3. E o pilar de assistência técnica, que eu acho que é o que a gente mais tem projetos de atuação aqui no Brasil hoje.

Antes de entrar nesse contexto mais brasileiro, queria trazer então para vocês aqui um pouco mais sobre a convenção sobre o crime organizado transnacional, ela acaba sendo a convenção que transversalmente está refletida em todos os nossos projetos, inclusive o que eu coordeno, que é o de mineração ilegal, mas é o nosso grande norte dentro do escritório. Então aqui a gente vai falar e acredito que o doutor Humberto vai poder trazer até exemplos mais concretos de como se dá cooperação internacional através do CCPI, mas também é essa base de onde sai um pouco do que vai nortear os Estados-membros quando a gente estiver falando de crime organizado transnacional.

Eu não vou entrar em detalhes assim da convenção, mas obviamente ela já foi promulgada aqui no Brasil para o decreto e ela traz toda esse arcabouço do que os países e os Estados membros devem e podem fazer em emissões diretas de lavagem de dinheiro, de crime organizado, qual o conceito, o que a gente está considerando como crime organizado para basear toda essa legislação também dos Estados membros quando forem incorporar isso no direito, na normativa de cada um dos países.

Queria trazer aqui um pouco, dentro da UNTOC, a gente tem reuniões de grupos de especialistas que vão discutindo, geralmente em Viena, elas acontecem através da representação dos Estados-membros que existem ali na Viena, trabalhando. Tem um grupo de especialistas que trabalha e discute como aumentar a implementação, como fortalecer os Estados-membros nessa implementação do que é a convenção. Então, em julho de 2025, mais recentemente, a gente teve uma reunião desse grupo e eu trago aqui alguns pontos do que sai no anexo desse relatório. E acho importante, e até muito pela atuação do Brasil, também isso mencionar essa possibilidade, essa discussão que hoje está em vigor, de que se adicione um protocolo a UNTOC, a Convenção de Palermo, pensado especificamente para o crime organizado vinculado com os crimes ambientais. Isso está sendo muito puxado pelo Brasil e outros países, então a gente tem uma expectativa de que em breve a gente tenha um protocolo adicional da UNTOC falando sobre os crimes que afetam o meio ambiente e essa vinculação com o crime organizado transnacional, mas traz outros pontos também do que muito já foi falado aqui também de reforçar a cooperação internacional e como isso pode ser feito entre os países-membros.

Estou destacando aqui também o último ponto, essa menção específica à prevenção da corrupção, fraude, lavagem de dinheiro, que são temas de já presentes na própria UNTOC, mas que ainda saem como necessidades apontadas recentemente pelo grupo de especialistas ao discutir como fortalecer as investigações financeiras e aqui tudo sendo discutível e falado sobre crimes ambientais também. E aí quando eu estou falando de crimes que afetam o meio ambiente, a mineração ilegal entra também um pouco nesse contexto.

A nível de Nações Unidas ainda eu só queria mencionar para vocês que existem outras resoluções, acordos que saem desses momentos internacionais que discutem um pouco a questão dos crimes que afetam o meio ambiente e que trazem também a responsabilidade e a necessidade da atuação do UNODC na pauta para ir de encontro, para aglutinar um pouco esses esforços que os Estados-membros estão apresentando nesses ambientes internacionais. Não vou passar uma por uma, mas eu queria destacar

a última mais recente. Um dos momentos que o UNODC organiza a nível de discussão sobre crimes, que é a CCPCJ, é a Comissão sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, ela acontece uma vez por ano em Viena, mas ela tem uns dobramentos ao longo do ano para rediscutir os combinados em Viena, e nesse ano de 2025 foi acordada uma resolução que foi aprovada quase por unanimidade nas discussões coletivas e trata da questão dos crimes que afetam o meio ambiente e que fala especificamente da mineração ilegal.

Nesse contexto, eu só trago aqui uma parte para vocês de novo da importância do reforço da cooperação internacional nesses temas e queria destacar aqui também o que saiu de recomendação dentro dessas respostas. E aí eu, obviamente, destaquei algumas partes vinculadas à questão da mineração ilegal, especificamente. Então de reconhecer esses crimes como um crime de natureza grave e por natureza grave a própria UNTOC já faz uma recomendação do que é considerado, então teria que ser uma pena de quatro anos acima para toda e qualquer infração vinculada para a mineração ilegal, reconhecendo também que é uma área, uma atividade que está sendo utilizada por organizações criminosas transnacionais para fortalecer as suas próprias operações. Também incentiva os Estados-membros a estabelecerem outras redes de cooperação, pensando que ao identificar o envolvimento do crime organizado com a mineração ilegal, de que isso ainda tem que ter um reconhecimento ainda mais grave através das próprias legislações. Enfim, a resolução traz recomendações que vão efetivamente influenciar o trabalho das polícias e de outros atores nacionais, por o Brasil estar vinculado diretamente como um membro das Nações Unidas e essas recomendações devem ser adotadas a nível nacional.

Mais recentemente também, na mesma semana que essa resolução foi aprovada, o UNODC tem uma área de pesquisa, que é uma RAB, que também é a sigla em inglês para *Research and Analysis Branch*, que publica uma série de relatórios e dados para nortear novamente esse trabalho de apoio aos Estados-membros das Nações Unidas. Conhecidamente temos publicações muito relevantes, principalmente na parte de drogas, que quem já atuou e conhece um pouco dessa pauta que é o *World Drug Report*, que é o nosso relatório mais famoso, que traz uma análise bem robusta, porque são os dados vinculados não só ao tráfico, mas uso de drogas, precificação de drogas e o impacto disso no mercado. E a parte de crimes que afetam o meio ambiente vem cada vez mais produzindo também outros relatórios e mais dados para fortalecer essa quantidade de informações que a gente tem e de análises a nível internacional sobre o que é vinculado com desmatamento etc, e de novo aqui eu trago essa nova publicação que é a parte específica do que chamamos de crimes minerários.

E dentro dela, a gente tem uma análise completa de quais são as dinâmicas envolvendo a criminalidade organizada transnacional a níveis regionais, então temos participado da América Latina, participando das dinâmicas na África e pensando também a questão do ouro, especificamente ela traz alguns pontos diretos que eu acho que não vou nem aqui ficar repetindo, que já foi muito dito através de outras apresentações também ao longo desses dois dias, de quais são efetivamente essas vulnerabilidades na cadeia de valor e todo esse processamento que acabam facilitando a entrada do crime organizado em cada uma dessas etapas. Assim como o Andrew apresentou, a gente também tem

dentro desse relatório essa análise de toda a cadeia, de todos os estágios, de quais são as atividades ilegais que mais ocorrem dentro de cada uma dessas etapas e as principais vulnerabilidades ali que vão estar vinculadas também em algum tipo de ilícito.

Já falando sobre a questão do preço do próprio ouro e já comparado com a droga como ele tem ganhado mais evidência por conta do valor e o que facilita e o que é também as organizações criminosas estão buscando, lucro para manter a sua própria presença em alguns territórios, a sua manutenção de poder dentro de toda essa região. Porque a gente aqui sempre está falando de organizações que tenham atuação de algum modo com outros países, no nosso caso aqui da região e também todo esse impacto na cadeia de exportação, de entrada de ouro, no caso ilegal em outros territórios. As implicações vão muito de encontro com que o Andrew também já apresentou.

Eu fiz um resumo muito mais genérico do que o documento recomenda em termos de adoção de políticas. Várias aqui foram discutidas de forma bastante pontuais através das apresentações, o que eu acho que fortalece um pouco até o nosso trabalho e de vocês de entender que existe toda uma recomendação e que todas as coisas, os projetos e ações que foram apresentadas aqui, elas estão vinculadas de alguma forma com que é uma recomendação de um organismo internacional em termos de adoção e medidas que podem ajudar nesse processo, pensando na diminuição, o fim da ilegalidade dentro de toda essa cadeia.

Antes de ontem, segunda-feira, a nossa sessão de pesquisa do UNODC lançou um outro estudo, que eu não quis reproduzir aqui porque os encaminhamentos são basicamente os mesmos e as implicações e sugestões em termos legislativos e de adoção de políticas públicas são muito parecidos com o primeiro relatório, mas que traz também esse olhar mais voltado para os minerais críticos, que obviamente não é tanto o foco aqui, mas que também é uma questão que envolve toda uma criminalidade organizada também buscando se envolver cada vez mais nessa atividade.

Falando do Brasil especificamente, a gente já atua aqui desde 1991, eu trago os números do nosso trabalho do ano passado, mas para vocês terem ideia, nós temos hoje mais ou menos 17 projetos aqui no Brasil, sendo que cinco deles estão na área de crimes que afetam o meio ambiente. Então, a nossa área de crimes que afetam o meio ambiente atualmente, trabalha com proteção territorial indígena através do projeto SAR-TI, que pensa um pouco dessa replicação de proteção territorial dos indígenas na área, pensando em evitar e combater o garimpo ilegal nessas áreas indígenas especificamente, então reproduzindo o conhecimento que os próprios indígenas já têm e detêm e como compartilhar isso também até chegar nas autoridades públicas competentes. A gente tem dois projetos vinculados com crimes florestais e dois projetos vinculados com mineração ilegal que eu fico à frente e queria trazer um pouco dessas ações que a gente promove aqui no Brasil.

Então esse projeto chama-se Aurum Prevenção da Mineração Ilegal do Ouro na Amazônia e nosso grande objetivo é fortalecer as respostas e as capacidades das instituições públicas que atuam na pauta para a prevenção da mineração ilegal, mas também considerando a pauta do mercúrio, o tráfico de mercúrio e essa vinculação com

o crime organizado transnacional. O projeto está financiado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. Além desse a gente tem um outro projeto com o Reino Unido que pensa mais a parte de investigação financeira vinculada a crimes ambientais, muito em parceria com a própria Polícia Federal através de capacitações das polícias dos estados também da Amazônia para eles saberem como lidar com essa investigação financeira voltada por crimes ambientais.

Eu vou focar no Aurum porque ele tem muito mais convergência com o que já foi apresentado aqui. A gente tem cinco grandes pilares:

1. O aumento dessa compreensão das informações, ter mais informações, produzir mais dados sobre o envolvimento do crime organizado com a mineração ilegal, então a gente está produzindo um relatório técnico que pretendemos publicar no final do ano, até em parceria no evento com a Polícia Federal sobre esses dados de convergência criminal na região amazônica especialmente, focado na mineração e nas questões de alguma atualização de quais estão sendo as rotas utilizadas para a entrada do mercúrio ilegalmente aqui no Brasil.
2. Um segundo pilar é esse que eu chamo de cooperação interinstitucional, então a gente tem um grupo de trabalho hoje com 12 instituições públicas brasileiras, inclusive a ANM, também a Polícia Federal, PRF, ABIN, o Coaf vai ser convidado agora a se juntar, enfim, outros órgãos para gente criar dentro desse espaço possibilidades de atuação conjunta na causa da mineração ilegal e o que a gente consegue fazer também no âmbito do projeto para apoiar as instituições nesse trabalho conjunto. Então, vamos para a terceira reunião no próximo mês e a ideia é que a gente ainda no próximo ano consiga fazer mais algumas reuniões, identificando esses *gaps* de cooperação mais entre instituições do Brasil e como a gente consegue apoiar.
3. O terceiro pilar é de treinamento, então, temos alguns treinamentos já realizados com o pessoal do CENSIPAM, temos agora com a PRF, enfim, temos aí um planejamento mais robusto para dar conta de algumas demandas que chegam para a gente no tema de mineração junto principalmente às instituições policiais, além, obviamente, de Ibama e ICMBio que são parceiros que também já estão aqui com os nossos, assim como a Polícia Federal.
4. O quarto pilar é de cooperação regional, então a gente tem feito intercâmbio com os outros países da região, entendendo que a mineração ilegal é um fenômeno que nos afeta, mas afeta também a todos os países amazônicos, principalmente. Então, estivemos no Peru, Colômbia, temos agora uma atividade com o Ecuador para fortalecer um pouco essas primeiras discussões e a gente conseguir pensar para o próximo ano as atividades conjuntas que deem conta de serem um pouco mais práticas e voltadas a esse compartilhamento de informações e a importância dessa integração regional na pauta.
5. E por fim, a gente tem ali que é o grande objetivo de aumentar a rastreabilidade do ouro e do mercúrio, que é um componente que a gente toca principalmente com os colegas do Ouro Alvo. Estamos aí muito próximos, pensando não só na compra de equipamentos, mas pensar quais são os protocolos de laboratório. A gente estava na Colômbia, essa missão que eu mencionei era com

representantes da Polícia Federal, através do Programa Ouro Alvo, conhecendo também os laboratórios na Colômbia, o trabalho realizado feito pelo serviço geológico da Colômbia, então, muito resumidamente, com algumas imagens dessas nossas ações.

E eu só queria, para finalizar mesmo, destacar que tanto o Aurum como outros projetos aqui da região estão dentro de um programa global do UNODC, que é o GPCAE (programa global dos crimes que afetam o meio ambiente). A gente é uma rede que tem um coordenador baseado no Ecuador, que faz essa articulação entre os projetos de meio ambiente que a gente tem no UNODC, então o Aurum é um, mas eu poderia citar mais dois ou três colegas que trabalham a nível regional, nos seus países, com atividades de cooperação também, pensando a pauta da mineração. Então a gente tem um projeto no Peru, a gente tem um projeto no Equador e o programa faz parte dessa grande rede que tem aqui uma pedra na América Latina.

Também só para trazer um pouco dessa discussão, quando a gente está falando da mineração nos outros países, a gente também está falando de grupos criminosos organizados que estão atuando na pauta, e que por muitas vezes, assim como o caso da Venezuela e da própria Colômbia, tem uma atuação na fronteira conosco aqui no Brasil que acaba nos afetando e também afetando essas dinâmicas que já foram mencionadas que são tão dinâmicas mesmo, ou seja, que se alteram a todo momento, também por conta das atuações nos outros países da região que também acabam nos afetando. Então eu acho que falar da cooperação internacional é muito relevante e a gente como Nações Unidas, tem todo um papel como articulador dos Estados-membros, identificador dessas necessidades, fomentador da discussão, mas a cooperação regional é essencial para a gente conseguir dar conta, pensar essas dinâmicas, então, nossos países vizinhos sofrem do mesmo problema, estão por muitas vezes em outros níveis de trabalho e atuam de forma diferente e há muita troca e boas práticas entre os países que podem ser compartilhados aqui com o Brasil e o Brasil tem muito a levar para os outros e a gente aqui com o programa global na região também consegue apoiar.

Humberto Freire de Barros – Diretor da Amazônia e Meio Ambiente, Polícia Federal

A primeira coisa que a gente tem que entender é o tamanho do problema, esse meio ambiente que a gente está protegendo que a mineração ataca ilegal. O primeiro destaque que faço todas as nossas falas e todas as nossas interações a gente não demoniza a mineração, de jeito nenhum, nem a extração de outras riquezas naturais. Isso não é para ser demonizado. O que precisa é que isso deve ocorrer dentro de parâmetros constitucionais, legais, técnicos e de sustentabilidade. Precisa acontecer, são riquezas a serem exploradas, mas tem que atender esses critérios e quando não atendem aí sim vem o problema.

O tamanho do Brasil por si só já é um desafio, a gente tem aí 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, com os seis biomas, 16,8 mil quilômetros de fronteiras

terrestres, só na Amazônia é 11,7, para a gente fazer uma comparação que a gente sempre faz, só a fronteira dos Estados Unidos com o México é de 3,1 mil quilômetros quadrados, a nossa com a Bolívia é 3,4. Só uma fronteira nossa é maior do que a fronteira dos Estados Unidos com México, e que a gente sabe qual o problema tem, mesmo os Estados Unidos tendo todos aqueles recursos, tecnologia, dinheiro, gente. Então é um desafio só por isso. A Amazônia a gente tem nove países, nove estados brasileiros com a Amazônia, que detém a maior parte, 62%. A taxa de desmatamento que começou a cair com o PPCDAM em 2005, teve sua menor taxa em 2012, depois teve seus piores momentos em 19 a 22 com o crescimento do desmatamento, muito desse desmatamento gerado pelo garimpo ilegal.

E aí a gente chega no porque a gente precisa combater esses crimes. Na semana passada nós fizemos uma operação de inutilização de dragas ilegais na região de Humaitá e Manicoré, algumas pessoas acusaram o poder público de estar tirando o pão de famílias, a fonte de sustento de famílias. Mas esse é um discurso fácil, só uma falácia na verdade, porque esquecem esses defensores que o garimpo ilegal mata, e mata mesmo, mata por envenenamento e ainda mata com crueldade, mata os próprios trabalhadores nas dragas ilegais, nos garimpos ilegais. O financiador do garimpo ilegal não está morrendo de envenenamento não, ele está bem distante dali. Quem morre é quem está fazendo por dinheiro aquele crime.

A interação disso tudo com outros aspectos de crime organizado, crime organizado violento com armas e o tráfico de armas, tráfico de drogas nos rios amazônicos, extremamente fortes essas estruturas criminosas em busca disso, da riqueza, do ouro, do lucro muito alto, investimentos altos também, em dragas garimpeiras, em aviões, helicópteros. Isso aqui era a comunidade Homoxi, essa pista de pouso foi aberta pelo poder público para servir a saúde indígena e foi tomada por garimpeiros que expulsaram o poder público e estavam utilizando para mineração ilegal.

Por que o crime organizado entrou e nos desafia a fazer essa cooperação internacional? Um binômio cruel, de grande lucratividade e penas baixíssimas, não é só no Brasil não, no nível mundial. A nível mundial, o crime ambiental ele é tido como uma coisa de menor importância, é mais simples, não tem consequências. Infelizmente, no mundo ainda tem um tratamento quase que condescendente da legislação dos países com o crime ambiental. Isso está mudando, já tem alguns países que estão melhorando suas leis. Nós já temos propostas tramitando no Congresso Nacional. Nós fizemos em 2023 uma proposta de Marco Legal do Ouro, em que a Polícia Federal e vários ministros trabalharam, e está lá tramitando o Congresso. Foi com base nessa proposta que o senador Kajuru fez uma substitutiva a uma proposta do senador Contarato, que já foi aprovada no Senado e está na Câmara também, mas com um texto muito similar do que a gente propôs na Câmara. Então tem esse marco legal tramitando, precisa ser aprovado sem tramitar. Temos propostas de aumento das penas dos crimes ambientais, porque não dá pra gente estar investigando crime ambiental e depois de uma investigação extremamente complexa, custosa, demorada, não dar em nada, porque se for só pelo crime ambiental não dá em nada, a verdade é essa, infelizmente.

Outros fatores, como eu disse, trouxeram o crime organizado, que é a necessidade em altos investimentos por crime ambiental, logística compartilhada, o avião que leva a droga, traz a arma, leva o ouro, traz a jovem cooptada como cozinheira pro garimpo e quando chega lá é escravizada sexualmente, outros crimes conectos, falsidade documental, quase sempre nos crimes ambientais a gente tem, veja a operação Greenwashing, que fizemos no sul do Amazonas, em que cartórios eram cúmplices em grilagem de terra, uma área do tamanho de DF, que foi grilada no sul da Amazônia para servir a extração de madeira, a venda de crédito de carbono de área grilada, era lucro ilegal em cima de lucro ilegal, lavagem desses recursos ilegais, ou seja, se o garimpo ilegal gera lucro, esse lucro precisa ser lavado. Então a estrutura de lavagem do tráfico, do tráfico de arma, é a mesma utilizada por esses narcotraficantes e atividade violenta que muitas vezes está sendo empregada também já em conexão com facções criminosas.

Contra tudo isso é criada uma diretoria na Polícia Federal no primeiro dia de janeiro de 2023, exatamente com atribuições de combate aos crimes contra o meio ambiente, patrimônio histórico cultural, contra os povos originários, mas é conferida a Polícia Federal algo que até então não era de nossa atribuição, que é coordenar a segurança pública como um todo na Amazônia. É dado esse mandato, o decreto 11.348, a Polícia Federal coordenar a segurança pública na Amazônia e ser o vetor de união de todos aqueles que precisam estar unidos nesse esforço e coordenar unidades brasileiras de integração que estejam estabelecidas, isso a gente já mirava o CCPI, como já foi falado hoje.

E aí nasce o Plano Amas, ou começa a ser discutido o Plano Amas, o Plano Amazonas, segurança e soberania. Em julho, a gente publica o decreto do Amas criando para ter essa integração e cooperação internacional. Três coisas são fundamentais, a gente precisa ter governabilidade, não adianta juntar todo mundo e ficar uma torre de babel, cada um fala de um jeito, ninguém se entende. Então a gente criou uma governabilidade, tem comitê gestor presidido pelo ministro, integrado pelo diretor da PF, secretário nacional de segurança pública, depois tem uma comissão técnica, aí no nível central, uma representação de todos os órgãos e fundamental nos dois. Na crise de governabilidade, temos os estados da Amazônia Legal. Não adianta fazer nada *top-down*, não adianta impor nada, a gente tem que construir em conjunto com eles. Então, em todas as esferas tem representantes de estados. Está sendo liderado pelo governo federal, mas integrado pelos estados e eles têm voz, cada estado tem o seu comitê estratégico estadual e o CCPI já é criado no decreto do Amas, sendo a esfera tático-operacional de cooperação internacional, nacional também, mas até internacional, para esse combate ao crime organizado transnacional e aos fluxos criminosos.

Eu sempre mostro os dados normativos porque não adianta também chegar para fazer planejamento conjunto, fazer integração sem estar com um mandato, então a gente sempre buscou normativos. Aí nós fizemos em conjunto com os estados, em conjunto com os órgãos federais e discutimos um plano estratégico que foi enviado para eles, uma proposta melhorada, contribuições dos estados e aí fechamos com os estados o plano AMAS e o plano estratégico de segurança pública da Amazônia. A partir dele fomos nos 9 estados da Amazônia Legal Brasileira e criamos 9 planos táticos integrados para

a segurança pública da Amazônia, para o combate ao garimpo ilegal, para o combate a extração de madeira, a grilagem de terra, ao tráfico de animais, como foi falado, já é discutido esses três protocolos, mais o protocolo de resíduos, como estivemos em Viena discutindo. Infelizmente, alguns países ainda são contra, mas a gente há vencer essa contraposição. E a partir daí, estamos implementando planos operacionais integrados para o combate a esses crimes.

Além disso, precisamos unir as redes já existentes. Quando eu cheguei em 2023, eu descobri que existia a OTCA (*Organização do Tratado de Cooperação Amazônica*), eu não sabia, eu trabalhava na questão amazônica e descobri que já existia criada na década de 70, uma organização do tratado de cooperação da Amazônia. Então a gente não pode sobrepor iniciativas. Precisamos interligar todas essas iniciativas e redes existentes, então passamos a discutir com a OTCA para que também na OTCA a segurança seja discutida. E, sim, foi criado, aceitaram a proposta do Brasil e foi criado na OTCA uma comissão de segurança para aquele tema. E nós estamos discutindo no âmbito do CCPI com os países amazônicos também o fosse no nível político no âmbito da OTCA. Da mesma forma, estamos discutindo com o UNODC no âmbito da UNTOC, com a Rede Jaguar da Europol, com o BID, tivemos que dar dados no lançamento da aliança para buscar recursos extraorçamentários, porque muitas vezes se dependermos de orçamento, a briga é ferrenha, é difícil de conseguirmos, temos que partir para Financiamento Externo.

Implementamos o CCPI Amazônia, ele não é um centro só de compartilhamento de inteligência, é também, mas nós fomos adiante, nós fomos além. O CCPI, ele se presta a compartilhar primeiramente técnicas e doutrinas, ou seja, precisamos compartilhar essas *expertises*, hoje nós temos feito um trabalho muito forte de compartilhamento interno, pegar a *expertises* de várias equipes que nós já temos e transferir para os nossos outros delegados, agentes, investigadores, transmitir o conhecimento para os nossos policiais e para as polícias civis dos estados e transmitir também para outros países, como estamos fazendo, já fizemos alguns cursos com países amazônicos, iniciando uma formação, uma transferência de conhecimento para países da América Central e do Caribe, transmitir o nosso conhecimento técnico de projetos de rastreabilidade como é o ouro-alvo, como será o Madeira de Lei. Precisamos melhorar o Madeira de Lei para ter todas essas ferramentas que o ouro-alvo já tem. Transmitir e compartilhar ferramentas como o nosso Brasil Mais de imagens de satélites.

Estamos numa fase que a gente, com o CCPI, está mirando, está objetivando um partilhamento de todas essas nossas *expertises* e capacidades, compartilhar também, obviamente, informação e inteligência num canal mais rápido, menos burocrático e também um compartilhamento de provas. Investigações nossas que ocorreram no Pará são compartilhadas através do Instituto de Cooperação Jurídica Internacional com outros países, onde elos dessas cadeias produtivas e legais, estão, quem recebe o ouro ilegal, quem lava o capital ilegal, e receber, num caminho inverso, provas do exterior também para as nossas investigações, robustecendo as nossas investigações e as investigações desses outros elos internacionais nesses países parceiros e pactuar operações conjuntas.

Aqui é uma representação do que é o CCPI, participação de todos os estados da Amazônia Legal Brasileira, de todos os países da PAN Amazônia, coordenado pela PF, mas com a PRF, com a Força Nacional e já que a gente quer chegar em todos os países do mundo e a gente não tinha como fazer um novo prédio da ONU, ou da própria Interpol, que tem até mais países do que a ONU, a gente através da Interpol, da Europol e da Ameripol, tem como chegar a todos esses outros países. Para quê? A gente precisa reduzir a demanda, a oferta do produto ilegal com esses partícipes, combatendo a mineração ilegal, a retirada de madeira, a grilagem, se a gente não chegar no andar de cima, se não chegar em quem financia, se a gente não chegar no patrimônio dessas organizações criminosas. Essas organizações criminosas têm alto poder financeiro, e esse alto poder financeiro corrompe agentes públicos, semana passada prendemos um ex-diretor da Polícia Federal numa operação, então a gente precisa quebrar esse poder financeiro. E é com essa investigação do *follow the money, follow the product* que a gente chega lá.

Aumentamos em 2014, em 70% das apreensões da Polícia Federal fomos a 6,9 bilhões de reais, só a área ambiental 2,1 bilhões. E estamos captando recursos para fazer uma nova academia de investigações financeiras dos crimes ambientais. Se nós já temos uma academia, que é o CIAPA, em Manaus para a parte operacional, vamos criar essa em Belém para capacitar brasileiros tanto da Polícia Federal como das polícias civis e policiais internacionais de todos os países para que essa investigação financeira, essa rastreabilidade das cadeias ilegais produtivas, seja uma constante. Cada investigação de meio ambiental tem a sua respectiva investigação financeira. Uma reforma da nossa unidade já existente de operações, é o CIAPA, em formação para essas operações, ou seja, as duas faces da moeda, estaremos capacitando para as operações e capacitando para as investigações financeiras aprofundadas.

Isso tudo demanda recurso orçamentário do governo, da Polícia Federal, mas sobretudo o eixo orçamentário, estamos buscando o fundo Amazonas. E temos o desafio, que é interligar essas redes já existentes, difundir conhecimento, como a gente está fazendo no evento de hoje, ou seja, a difusão desses conhecimentos é fundamental para que a gente tenha no mínimo um padrão de investigações desses crimes ambientais, incluídos os crimes minerários e integrar a agenda. Combater o crime organizado ambiental é uma estratégia efetiva para os campos climáticos. Essas agendas não estão separadas, e é isso que a gente vai dizer na COP30. Já dissemos na COP de Dubai, já dissemos na COP do Azerbaijão e vamos reiterar agora na COP30. Temos que combater os crimes ambientais com o eixo ou como um integrante do eixo de mitigação das COPs ou do acordo de paz.

Para finalizar mesmo, mas se a gente fizer o dever de casa, funciona. O rio Juami contaminado pelo garimpo ilegal, em dezembro de 2022, e em abril de 2024 já estava na sua coloração natural. Omoxi, terra Yanomami onde as crianças estavam morrendo envenenadas. Reduzimos 98 % dos alertas de garimpo ilegal na Yanomami. A natureza está fazendo o seu papel e retomando a área. Mesma coisa na TI Caiapó, no Pará estava devastada pelo garimpo, fizemos o nosso trabalho e a natureza está fazendo o seu papel também em reocupar essas áreas devastadas pelo garimpo ilegal. E os números assim refletem, no primeiro ano já houve uma redução de 21% do desmatamento na Amazônia,

ainda que a taxa PRODES seja de agosto a julho, e nessa taxa PRODES de 23 a gente tem 5 meses ainda de 22, agosto a dezembro, puxando para baixo, sendo negativa na taxa PRODES de 23. Quando a gente tem um ano fechado, aí a redução é ainda maior para 30%. E a nossa meta que a Polícia Federal colocou no seu PPA é que, em 2026, a gente precisa ter a menor taxa da história, ficando abaixo de 2012, no desmatamento da Amazônia. Muito obrigado e não esqueçamos, a mineração ilegal mata, mata pessoas, não mata só o meio ambiente não, mata efetivamente pessoas e centenas delas e nós estamos salvando essas pessoas quando combatermos a mineração ilegal.

Jorge B. Pontes – Consultor em Compliance e Segurança

Gostaria de cumprimentar meus colegas, grande guerreiro, doutor Gesival e o doutor Freire, que está fazendo um trabalho espetacular, e chego a ficar até emocionado, eu estava lá atrás início da minha carreira, na verdade nós mandamos o projeto no Ministério da Justiça na época de criação da área de meio ambiente, em 96, para ver como é que as coisas demoram, final dos anos 90, fiz o trabalho grande, propondo aí foi criada a coordenação, o órgão central de coordenação e controle. E em 2003, com o governo do presidente Lula, foram criadas as delegacias. E eu tive o prazer incrível de ter um delegado que trabalhou na minha equipe lá em Pernambuco, fizemos a primeira viagem, Fernando de Noronha, também na área ambiental, e o Dr. Freire é um grande delegado de repressão ao tráfico de drogas e tem se tornado, já está escrevendo o nome na história na área de repressão ao crimes ambientais. Fico emocionado de ver esse desenvolvimento que vocês estão trazendo.

Eu fiz uma apresentação enxuta, hoje eu tenho uma consultoria, eu tenho uma coluna semanal na Veja, que eu falo só sobre combate aos crimes ambientais e ao crime organizado, que tem uma consultoria na área de *compliance* ambiental e enfrentamento à corrupção também. Eu vou fazer uma apresentação bem conceitual, vamos falar da epidemia de criminalidade que nós estamos sofrendo e não sou eu que dizendo, vamos colocar quatro pontos centrais para essa questão específica dos fluxos ilícitos de ouro. Primeiro ponto, um cenário de terra arrasado, essa captura do estado e o processo de misticização, que eu costumo chamar de rio de janeirização. Depois vamos falar do ponto dois, do conceito do *anti-prime by design* e o foco do *product*, o ponto 3, a natureza líquida e simbiótica da criminalidade. O ponto 4, a ilusão da vitória sobre a criminalidade, depois algumas ideias. Todos esses quatro pontos, eles se misturam, eles se intercalam, e tem tudo a ver com o que foi dito por todos os senhores, mesmo aqueles que abordavam questões administrativas, questões mercadológicas do ouro.

Vídeo

O Brasil vive um momento de corrupção estrutural, sistêmica e institucionalizada. Na verdade, o Brasil vive uma epidemia em matéria de criminalidade. Pode ser dividida em três categorias. A criminalidade comum, que assusta ao cidadão comum, que é o assalto à mão armada, estupro, estelionato. A criminalidade organizada, representada pelas facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas, ao contrabando de armas e as

milícias. E a terceira é a criminalidade institucionalizada com dois delegados que atuaram na Lava Jato, Jorge Pontes e Márcio Anselmo tem um livro chamado *Corrupção.gov*, que é a corrupção que se prate.

Jorge

Na verdade, eu também divido a criminalidade num edifício de três andares: crimes de rua, crimes que nos atazanam diariamente, furto de bicicleta, homicídio, furto de automóvel, celular. Criminalidade organizada, que é essa que nós estamos tratando agora, todos esses três andares eles se entrelaçam, e a criminalidade do terceiro andar é a criminalidade institucionalizada, que a Polícia Federal teve um sucesso muito grande nessa operação que o doutor Freire citou, que teve prisão de servidores públicos e de um colega delegado.

Bom, então o avanço conhecido e noticiado na mídia da violência que drena o PIB, o peso do mercado ilegal na economia se tornou insuportável, a economia ilegal afetando país de forma implacável e a criminalidade se infiltrando nos negócios, e esse é um dos pontos centrais da nossa conversa. Então nós temos aí uns números trazidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 38% da produção nacional de ouro entre 2015 e 2020 tem fortes indícios de ilegalidade, e movimentaram 40 milhões, impactando áreas protegidas em terras indígenas. Quer dizer, essa é a situação e esse relatório saiu há muito pouco tempo. É o caso que nós chamamos de narco garimpo.

Ponto 1: Captura do Estado e a Desregulamentação

Então vamos falar do ponto 1. O ponto 1 é a captura do Estado, e essa situação do ouro, ela se replica também em outros produtos. Nós temos hoje, no Brasil acontecendo algo parecido com combustíveis, e a Federal está começando a atuar na área de combustíveis, com cigarro, com fármacos, com bebidas e com construção civil. Então, é o crime organizado adentrando mercados lícitos.

A captura do Estado, esse cenário de terra arrasada, é a última etapa do processo de rio de janeirização do nosso país e pode ser um ponto de não-retorno. Então, como é que começa mais ou menos, eu estou falando de fenômenos criminais, todos conceituando, mas todos podendo ser aplicados exatamente nessa situação, porque algumas situações levaram a facções do Rio de Janeiro e de São Paulo começarem a atuar na região norte. E o crime ambiental, que não era tão letal, hoje já tem uma letalidade muito grande, porque eles chegaram à conclusão, muitos que exploravam droga, armas e outros, começaram a explorar os crimes ambientais.

Começa com a desregulamentação, com pouca regulamentação. Quando um setor não é regulamentado nós não conseguimos saber a origem dos produtos, a gente não consegue rastrear, e aí acontece o convite para as organizações criminosas entrarem nesse setor. Então, um setor com pouca capacidade de regulamentação, ele chama

para si o crime organizado. É o convite para o crime, entra primeiro a sonegação, contrabando, descaminho e por fim a lavagem.

Quando essas organizações criminosas chegam na lavagem pesada, com muito dinheiro, eles fazem a transposição, eles fazem a passagem, que é a passagem de toda organização criminosa objetiva, é passar da atividade criminosa para uma atividade lícita e legal, isso a gente vê no romance Mário Puzo, O Poderoso Chefão, que traz várias situações de várias organizações, ele vai pegando de várias famílias e tudo mais, mas você vê que o objetivo final, como é o objetivo agora dos bicheiros no Rio de Janeiro, indo para BET, então eles fazem essa passagem, mas quando eles fazem a passagem, eles não mudam mais, a forma que eles agiram no tráfico de drogas, eles vão continuar a agindo, quer dizer, com falta de ética criminosamente dentro do setor e tudo mais.

Ele faz a passagem, a legitimação e aí começa a captura do Estado, *state capture*, e o primeiro passo para tomarem o Estado é o financiamento de campanhas para o legislativo municipal e estadual. Executivo e legislativo que tem as cidades em torno das capitais de regiões, isso já começou a acontecer, não é só no Rio de Janeiro. E o segundo passo, eles fortalecem as bancadas, há bancadas fortalecidas nessas assembleias, nesses parlamentos estaduais e municipais. Depois, e isso já foi identificado, inclusive já está identificado, depois eles conseguem também emplacar membros do Parlamento do Congresso Nacional, na cara dos deputados. Nesse momento, talvez eles não consigam passar leis que os favoreçam, mas eles conseguem impedir que algumas leis ou tumultuar a aprovação de leis do enfrentamento à criminalidade.

Quando a bancada se fortalece politicamente, eles começam a conseguir influenciar na nomeação de membros do terceiro poder que não foi atingido, que é o poder judiciário. Quando a bancada se forma, quando tem senador, quando tem um financiamento de campanha de governador e muitas vezes o poder político central não sabe, algumas vezes sabe, outras vezes não sabe, a política tem suas lógicas bem diferente da nossa atividade, a atividade policial não tem negociação, a gente não negocia, não existe *trade-off* na polícia.

Então aí estaria dominado o Estado quando se tem os três poderes, e eu queria colocar mais ou menos isso, mas é exatamente, começa com a desrulamentação deliberada de um setor, aí começa um voo certo com poder público, ele não consegue controlar o que acontecendo, perda do controle de dados de produção, aumenta a superfície relativa para devedores, sonegadores, o crime organizado entra, o mercado fica vulnerável à falsificação e pirataria. Atrai outras facções, outras bandas criminosas para esse mercado. Temos as rotas de lavagem, as rotas e os esquemas de lavagem que são comuns.

Agora a Polícia Federal chegou lá na Faria Lima e as pessoas estão dizendo que o PCC está na Faria Lima, não é o PCC que está na Faria Lima, o dinheiro do PCC que está na Faria Lima e quem está lendo os pontos de investimento, estão fazendo pro PCC, fazendo pro político corrupto, pro marido que é muito rico e que está tirando dinheiro pra receber o pedido de divórcio da mulher, pra aquilo não entrar na coisa. Então, existe uma gama de irregularidade que ocorre nas lavadoras de dinheiro. E tem esse fator

atração no crime ambiental que são as baixas reprimendas, porque os lucros são altíssimos e as reprimendas são baixas, como bem falou o Dr. Freire. E então essa é mais ou menos a dinâmica da desregulamentação. Nós temos o final, é terra arrasada, o Brasil é muito grande e nós não chegamos nesse ponto. Mas em algumas áreas, existem áreas no Rio de Janeiro que as polícias não entram e essas facções estão atuando na região norte, começaram a atuar na região norte. Já foram detectadas as atuações de facções criminosas na região sudeste e na região norte.

Ponto 2: Anti-Crime “*by Design e Follow the Product*”

Aí temos o ponto dois, que é o que eu digo, como se portar diante de uma pandemia, de uma epidemia de criminalidade? Nós temos que adotar toda e qualquer política pública considerando esse aspecto, foi como aconteceu com o Covid. No Covid, todas as políticas foram perpassadas pela urgência de enfrentamento ao Covid. Mudaram protocolos na aviação civil, mudaram protocolos na área de educação, nos colégios, até a área de repressão, mudamos todos os protocolos para abordagem policial. Por quê? Porque estava vivendo uma epidemia.

Então é muito importante e nós sabendo que estamos diante de uma epidemia galopante em relação a criminalidade, a criminalidade é um grande problema brasileiro. Essa criminalidade chega na região norte, que é mais difícil, como o Dr. Freire colocou, nós estamos tratando de uma área maior que a Europa Ocidental. Então, como nós temos que agir? Cada letra, cada palavra, cada linha de cada projeto, seja da parte de educação, transporte, saúde, tem que ser analisada num impacto na área da criminalidade. Nós temos casos aqui de políticas fiscais que desregulamenta o setor, e quando você vê o setor está tomado pela criminalidade.

Por exemplo, hoje falaram algo interessante aqui que foi autorizar compras por parte das cooperativas, pode não ser uma boa iniciativa, o colega painelistas que defendeu, defendeu muito bem, eu entendi, mas será que tem algum efeito colateral que poderia impactar, não estamos vivendo numa situação que você pode chegar “olha aqui tem uma boa ideia”, vou dar um exemplo, todos conhecem, nós principalmente colegas, sabemos que tem a lei do abate, a lei do abate foi nessa época, talvez o governo Fernando Henrique, eu já estava lá trabalhando com o meio ambiente e demorou dez anos para o primeiro avião a ser abatido na lei do abate, ela foi promulgada e dez anos depois derrubaram o primeiro avião. É óbvio que é uma lei que tem que ser discutida, tem que ter muitos protocolos, porque na verdade você vai executar pessoa, duas ou três, então as consequências, consequências éticas e tudo mais tem que ter protocolo. Eles aprovaram a lei do abate, tinha que aprovar, foi importante, mas olha a inobservância do *anticrime by design*. Essa lei, ela causou uma verdadeira enxurrada de criminalidade pelos rios da Amazônia, porque a partir do momento que os aviões se retraíram, tem os efeitos colaterais, quando fizeram essa lei, isso poderia ter sido de alguma forma, eu sei que ser crítico de obra pronta é complicado, mas as regras que nós fazemos, algumas regras tributárias, a gente percebe claramente que isso vai ser um convite para a criminalidade, principalmente por estarmos vivendo uma epidemia que

não sou eu que diz, o presidente do Supremo, até tive a honra dele citar o meu livro, ele diz claramente, nós estamos vivendo uma epidemia de criminalidade. Então, com epidemia, todas as áreas tem que ter atenção.

Ponto 3: *Follow the Product*

Vou passar para o ponto 3. Bom, aí temos a questão do *Follow the Product*, que é o controle e a rastreabilidade. Os instrumentos do *Follow the Product* estão para as investigações de fraude, falsificação, descaminho, tráfico de madeira, de ouro, diamante, de mercúrio, assim como a Polícia Federal, Receita Federal, Banco Central, Coaf, que são ferramentas do *Follow the Money*, estão para o *Follow the Money* e para as investigações de corrupção, crimes financeiros e lavagem de dinheiro. O *Follow the Product* tem que ser um concerto de ações oficiais exclusiva à atuação governamental. Você não pode passar para um ente privado a obrigação de fornecer as informações, a autodeclaração, isso aí num ambiente de crime, de epidêmico, você não pode ter isso. Se isso fosse na Finlândia, poderia dar certo, certamente daria, mas não nesse ambiente aqui. Então, não existe *follow the money* sem governo, sem receita, sem Coaf, sem banco central. Assim como não pode existir a rastreabilidade e *follow the product* sem ação governamental. Nenhuma conta será mais alta do que aquela conta a ser paga por quem economizar no enfrentamento à criminalidade. Nós hoje estávamos discutindo a questão de ter desligado ou não um projeto importantíssimo do Dr. Freire, da Polícia Federal, e é um projeto caro, mas caro vai ser a conta se a gente não botar esse programa no ar.

Então, para o ponto três, reparem como tudo entra na questão que nós estamos discutindo aqui hoje, a do ouro, a criminalidade é líquida e simbiótica, o crime é fluido. Exemplos claros, repara a crise no Equador que era um dos países com os *rates* de criminalidade mais baixos. Explodiu uma crise no Equador terrível justamente por conta de desregulamentação. Desregulamentação cambial, desregulamentação da questão de arma, e essa criminalidade escorre. A Colômbia viveu um período muito bom na época do Plano Colômbia pelos Estados Unidos, praticamente, foram recuperadas cidades como Medellín e tudo mais. Aquele crime escorreu pro Peru, escorreu pra Bolívia. Nós temos um exemplo claro, que é a região de Foz do Iguaçu, Paraná e do Brasil, a influência e como o crime do Paraguai ela escorre, ela inunda aquela região do Paraná. E a questão das facções, como é a rio de janeirização dessas regiões da Amazônia que é por conta desse caráter fluido da criminalidade. E a questão simbiótica que são essas rotas em comum. A figura do contrabandista global, que hoje é tão importante quanto um produto, tão importante quanto a organização ter um bom produto para botar em um canal para exportar um produto ilegal, obviamente, é ter um canal, é ter uma roda segura que vai garantir por alguns anos aquela passagem. É justamente nessas rotas, com os pilotos, que essas organizações se encontram e se casam. Como já até foi dito aqui, o Dr. Freire bateu bastante, o crime só se organiza a partir de um único corpo, o grande lucro. Nenhum crime se organiza se não tiver grande lucro, as organizações criminosas estão todas em torno do grande lucro. O ouro mais do que um metal estratégico, é um ativo fiduciário da nossa soberania, quer dizer, o ouro é praticamente o símbolo da riqueza.

Ponto 4: A Ilusão da Vitória e as Propostas

Então, no ponto 4, que eu gostaria de colocar, que eu acho ser bem importante também, a gente vê o trabalho que está sendo desenvolvido pelo IBAMA, pela Polícia Federal, pelos órgãos públicos, há uma ilusão de vitória sobre a criminalidade. De vez em quando a gente percebe, um chefe de polícia não costuma fazer isso porque o sujeito é de carreira, ele sabe que essa briga é para sempre, mas às vezes quando se coloca um político na frente de uma secretaria de segurança ou de um ministério, ele vai falando, nós vamos acabar com um crime tal, isso que simplesmente não existe, o cara já começa mentindo, um jogo sem fim a ser jogado, um jogo de futebol que o juiz não apita, gente entra no jogo, mas o jogo já começou, nem sabemos quando começou. Alguns dias depois de Cabral chegar ao Brasil começou.

Enfrentamento, é um conjunto de medidas e ações inseridas na governança, muito mais amplos que simplesmente combater, então quem diz vamos acabar com o crime, isso não existe, conseguiram acabar em Singapura que é uma cidade e também as questões de direitos humanos, como mais ou menos a coisa está acontecendo em El Salvador agora. Também quando você levanta as garantias individuais, é fácil, vai encarcerar todo mundo, matar quem tem que matar, vai matar inocente, e não é assim. O processo civilizatório é parte da solução do problema da criminalidade.

Então é importante também, eu coloco, não partidizar ou colocar ideologia nas soluções. As atividades têm que ser sólidas baseadas em ciências, estatísticas, blindar a polícia judiciária e as agências reguladoras de influências, escolhas e indicações políticas. Não há espaço para negociação política em questões criminais porque como o ministro Barroso, presidente do Supremo falou, tem o terceiro andar, é o crime institucionalizado, a gente pode discutir todas as políticas aqui, como resolver o crime de rua, como resolver o crime organizado, mas se tiver tomada a instância política, se a gente chegar “olha assim que a gente vai resolver” no dia seguinte você vai precisar publicar a sua própria exoneração. Muitas vezes o trabalho da polícia não agrada as lideranças políticas do local, porque essas organizações criminosas já financiam campanhas políticas. Então um dos segredos é a blindagem, nós temos que estar blindados. Uma das maneiras de nos blindarmos é termos funcionários de carreira à frente. As agências reguladoras ter em seu corpo e sempre as indicações serem técnicas, quando não tiver uma lei orgânica que proteja as instituições, não é o caso da Polícia Federal que todo Superintendente, todo Diretor-Geral tem que ser delegado de carreira, todo o DITEC tem que ser um perito criminal de carreira e tudo mais.

Agora as ideias e propostas para fechar. Um sistema oficial de controle de suprimentos em sumos maquinários utilizados na produção, processamento, compra, isso é só sobre ouro, é armazenamento e financiamento, lavra de ouro, incluindo mercúrio e cianeto. Um programa de controle de comércio, de transporte desses itens, incluindo o maquinário, em especial, poderia ser uma iniciativa inspirada a semelhança do controle de químicos da DRE (*Divisão de Repressão a Entorpecentes*). O Dr. Freire conhece isso melhor do que eu, a nossa divisão de entorpecentes um dia lá atrás, eles descobriram o

óbvio que tinha que controlar o éter e a acetona, tinha que ser controlado a base de insumo para fazer a cocaína. E começou um programa de controle, isso virou, hoje, uma unidade grande, enorme, com gente especialista e tudo mais. Então, eu acho que essa questão ambiental, eu acho que seria uma ideia interessante a gente pegar todos esses itens que são insumos, porque numa conversa eu descobri que essas vendedoras de maquinário pesado, tipo uns tratores e tudo mais, começaram a vender, assim, fortunas em tratores naquela região, nas regiões próximas do Caribe. De repente, de uma hora para a outra, esse maquinário começou a ser vendido muito mais em Roraima, na Amazônia, no Pará e tal, quer dizer, então poderia começar, vendeu essas máquinas, essas balsas e tudo mais, vendeu esses motores, nesses lugares começar a controlar, criar um regimento, um protocolo, toda máquina que vai sendo vendida a gente vai saber. Você não pode comprar mais de um litro de éter na farmácia, tinha um controle. Isso é fundamental, uma ideia interessante.

E pensar também algo como o Coaf dos produtos, isso podia ser até feito dentro do Coaf, principalmente em relação ao ouro, por conta da dupla natureza do ouro, como ativo financeiro. Mas seria muito interessante ter um Coaf, algo como um Coaf, com os *red flags* e tudo mais, governamental, para complementar o *Follow the money*.

Então, repetindo, desastre final, infiltração na política e a captura do Estado. É uma ameaça a soberania, ausência de Estado é crônica, sempre aconteceu. A novidade agora que uma missão deliberada com um projeto de empoderamento. A gente está vendo algumas situações, algumas votações de querer impedir investigações e tudo mais. A gente não pode ter blindagem, não pode haver blindagem dos políticos em relação a nada, tendo em vista essa criminalidade institucionalizada. E ponto de não retorno, campanhas eleitorais, eleições legisladoras, chefes executivos financiados pelas facções e quadrilhas organizadas.